

FACULDADE SANTA RITA
CURSO DE PEDAGOGIA

**RETINOSE PIGMENTAR – E AS DIFICULDADES
EM SALA DE AULA**

Jenifer Naiara Pigari Andrade

Novo Horizonte - SP
2019

FACULDADE SANTA RITA
CURSO DE PEDAGOGIA

Jenifer Naiara Pigari Andrade

**RETINOSE PIGMENTAR – E AS DIFICULDADES EM
SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Santa Rita como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob orientação da Prof.^a Esp. Andreza Santoro Roque.

Novo Horizonte
2019

RETINOSE PIGMENTAR – E AS DIFICULDADES EM SALA DE AULA

Resumo: A sala de aula tem sido alvo de inúmeros estudos e mudanças na lei como consequência de um novo olhar sobre a deficiência. Se antes, compreendia-se que era necessário um local específico para estas crianças, hoje, acredita-se que a inclusão é necessária e possível. Não é possível mais excluir. Leis específicas que preveem como a inclusão deve acontecer e a profissionalização dos educadores e gestores escolares. Para que haja um processo natural de acesso a todos à educação. O objeto de estudo deste trabalho é a retinose pigmentar, uma degeneração genética da retina que pode levar a cegueira que segundo Buchaim (2013) “uma das principais complicações da doença é a formação do edema macular, que se forma devido a um processo inflamatório da doença.” E sua realidade escolar. Quanto a metodologia foi utilizada a fundamentação teórica e o uso da pesquisa de campo, a fim de avaliar o conhecimento dos professores frente a Retinose Pigmentar. Há necessidade de conhecimento da equipe da gestão escolar para que se pense um projeto pedagógico inclusivo como previsto na LDB 9.394/96 bem como adequação das salas de aula e de material específico para cada grau da Retinose Pigmentar.

Palavras-chave: Deficiência. Mudanças. Retinose.

Abstract: The classroom has been the subject of numerous studies and changes in the law as a result of a fresh look at disability. If previously it was understood that a specific location for these children was needed, today it is believed that inclusion is necessary and possible. You can no longer delete. Specific laws predicting how inclusion should happen and the professionalization of educators and school managers. So that there is a natural process of access for all to education. The object of study of this work is pigmentary retinosis, a genetic retinal degeneration that can lead to blindness that according to Buchaim (2013) “one of the main complications of the disease is the formation of macular edema, which is formed due to an inflammatory process of the disease. “And your school reality. Regarding the methodology, the theoretical foundation and the use of field research were used in order to evaluate teachers' knowledge regarding Pigmentary Retinosis. There is a need for knowledge of the school management team to think of an inclusive pedagogical project as foreseen in LDB 9.394 / 96 as well as the adequacy of classrooms and specific material for each grade of Pigmentary Retinosis.

Keywords: Disability. Changes. Retinosis.

¹Aluna do 8º termo do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita-SP, FASAR, endereço eletrônico jhe_nh@hotmail.com

²Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita- SP, FASAR, endereço eletrônico andreza.santoro@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade a compreensão da Retinose Pigmentar (RP), que de acordo com (Mendes, 2017), apresenta-se como uma série de alterações de origem hereditária. Ela provoca uma degeneração da retina, parte importante do sistema ocular, responsável por transformar a luz em sinais elétricos e enviá-los para o cérebro.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiências. (ROMAGNOLLI, 2008).

As ações inclusivas escolares se configuram como movimentos direcionados ao acesso, à permanência e ao desenvolvimento das potencialidades e habilidades das pessoas que fazem parte do grupo dos excluídos. (ULBRA, 2009).

O atendimento à pessoa com deficiência visual, no Brasil, começou com os Institutos para Cegos já no século XIX. (ULBRA, 2009).

Quando uma criança chega à escola regular com grave dificuldade de visão é preciso que essa instituição esteja preparada para recebê-la, com professores especializados para o trabalho pedagógico, recursos didáticos adaptados[...].(ULBRA, 2009).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva dispõe que o público-alvo da educação especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (CORREIA, 2014).

Correia (2014, p.11) afirma que

A educação especial é fruto da mudança de concepção de sociedade, do avanço das políticas públicas e dos movimentos sociais que pressionam o Estado na viabilização de seus direitos como sujeitos sociais e a formação de profissionais da educação, principalmente dos professores, também é influenciada pelas mudanças ocorridas na coletividade, no universo do trabalho e na economia do país.

O Capítulo V da LDB, que trata da questão da Educação Especial, é composto de apenas três artigos (arts. 58,59 e 60). Ao analisá-los, porém, vemos que, se forem cumpridas efetiva e integralmente todas as disposições nele contidas, o Brasil certamente será considerado uma referência mundial. (BRANDÃO, 2015).

Assim, esse trabalho tem por objeto de estudo a Retinose Pigmentar na realidade da sala de aula.

OBJETIVOS

O presente trabalho pretende compreender a Retinose Pigmentar, analisar a legislação da educação inclusiva (LDB), definir por meio de pesquisa de campo o conhecimento dos professores sobre a deficiência ora em estudo e relacioná-los aos recursos disponibilizados em sala de aula de modo a garantir a inclusão do aluno com deficiência visual (RP) para que o objetivo essencial da educação aconteça: aprendizado apesar das deficiências.

A escolha do tema se deu em razão de um aluno da Rede Pública de Ensino de uma cidade do noroeste paulista ser portador desta alteração ocular e, por isso, enfrentar problemas com a metodologia utilizada para sua aprendizagem.

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de uma análise documental bibliográfica e uma pesquisa de campo em uma das escolas da rede pública de uma cidade do noroeste paulista, objetivando saber a familiaridade destes profissionais com a patologia que é objeto deste estudo. Bem como se há material adequado e informações sobre a mesma. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pela análise dos dados da pesquisa de campo buscou-se informações referente ao objeto da pesquisa.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.

A entrevista é um segundo método empregado na coleta de dados. Conforme Godoy (1995) ela é um dos métodos mais utilizados na pesquisa qualitativa e parte de um *continuum* que vai desde entrevistas estruturadas, passando por entrevistas semi-estruturada até entrevistas não estruturadas.

A chamada entrevista estruturada é usada quando se objetiva a obtenção de resultados uniformes entre os entrevistados, permitindo, assim, uma comparação imediata, em geral mediante tratamentos estatísticos. (Godoy, 1995).

Ainda segundo esse autor, “a pesquisa qualitativa leva a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo. Uma grande quantidade de pesquisa qualitativa se base em estudos de caso ou em séries desses estudos[...]”

Gil (2007, p.17 apud Correia 2014, p.29), define pesquisa como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

De acordo com Banks (2009,p.9),

Os pesquisadores qualitativos estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de uma forma que dê espaço às suas particularidades e aos materiais nos quais são estudados.

O trabalho se desenvolverá por pesquisas de trabalhos acadêmicos em sites especializados como Scielo sobre a Retinose Pigmentar, além de uma entrevista com um oftalmologista do referido município, se há cirurgias e como a escola pode ajudar o aluno a se desenvolver normalmente, apesar da deficiência visual, por meio de um questionário que será aplicado a 17 (dezessete) profissionais da educação municipal.

Para responder à questão-problema desta pesquisa, foi realizado um questionário com os professores da rede pública de ensino da cidade referência da autora deste trabalho, no noroeste paulista. O objetivo deste questionário é delimitar

o conhecimento da Retinose Pigmentar entre os professores. Consideramos ser de suma importância esse questionário para a abertura de debates sobre o tema.

A pesquisa para a coleta de informações junto aos professores dar-se-á de forma direta e pessoal. As perguntas serão aplicadas um a um, num total de 17 profissionais da educação, durante a primeira quinzena do mês de novembro de 2019.

Na elaboração das perguntas, procurou-se investigar o conhecimento dos profissionais da educação sobre a Retinose Pigmentar, o entendimento deles sobre metodologias de ensino para alunos com esse quadro clínico ocular. O método aplicado é a pesquisa qualitativa.

Também haverá um questionário com um oftalmologista da mesma cidade, com a finalidade de se compreender melhor a Retinose Pigmentar, quais suas implicações no dia a dia do aluno e como os professores podem ajudar seus alunos a aprenderem com mais facilidade a partir do conhecimento médico.

A técnica escolhida para fundamentar teoricamente o trabalho será a pesquisa, sites especializados sobre o tema e livros sobre educação inclusiva na legislação brasileira. Alguns dos autores que serão utilizados para este trabalho são, Guilherme Buchaim (2013)

Retinose pigmentar indica um grupo heterogêneo de doenças genéticas oculares raras em que tanto bastonetes quanto cones estão danificados, levando a um prognóstico ruim com eventual perda da visão. Descrevemos o caso de mulher de 22 anos com edema macular recorrente devido à retinose pigmentar. Obteve-se sucesso terapêutico após o tratamento com o implante intravítreo de dexamentasona.

Thais Mendes (2017);

Estima-se que a Retinose Pigmentar tenha incidência de 1 em cada 4000 pessoas, e que sejam cerca de 45 os genes que podem sofrer alterações. Com o avanço nos estudos da genética, é esperado que, no futuro, seja possível identificar a alteração genética de cada paciente e suas probabilidades de perda da visão, para, então, indicar o tratamento adequado em cada caso.

e Daniela Rios (2013)

A retinose pigmentar unilateral é uma doença rara caracterizada pela perda de fotorreceptores e deposição de pigmento na retina sem acometimento do olho contralateral. Apesar de descrita há mais de cem anos sua existência ainda é questionada. Este artigo relata o caso de um paciente com alterações sugestivas de retinose pigmentar unilateral. Os aspectos clínicos e os exames complementares são discutidos.

Todos disponibilizados em sites como Scielo para que se obtenha a conclusão desejada qual seja o Diagnóstico da Inclusão Escolar em alunos com Retinose Pigmentar.

Os autores acima citados fazem um breve estudo sobre a Retnose para se apoiarem nos estudos de casos relatados em seus trabalhos.

RETINOSE PIGMENTAR

Os pacientes com RP apresentam perdas lentas e progressivas de algumas funções visuais como pobre visão noturna ou decréscimo sensível da visão escotópica, diminuição do campo visual, dificuldade na localização de objetos no espaço e perda progressiva da visão de cores. (Castro et.al, 2006).

A Retinose Pigmentar se trata de uma série de alterações de origem hereditária. Ela provoca uma degeneração da retina, parte importante do sistema ocular, responsável por transformar a luz em sinais elétricos e enviá-los para o cérebro. (MENDES, 2017).

Para Rios et.al (2013), “ [...] é um termo utilizado para um grupo de doenças que são caracterizadas pela hereditariedade, bilateralidade, disfunção progressiva, perda celular e eventual atrofia retiniana.”

De acordo com Buchaim (2013),

Ritinese pigmentar (RP) indica um grupo heterogêneo de doenças genéticas oculares raras em que tanto bastonetes como cones são danificados (1). A perda progressiva de células fotorreceptoras é, geralmente, seguida por alterações no epitélio pigmentar e nas células gliais da retina (1). Uma das principais complicações da doença é a formação do edema macular, que se forma devido a um processo inflamatório da doença.

Acontece uma perda da visão gradual, porque os cones e bastonetes (células fotorreceptoras da retina), aos poucos, degeneram. Dessa forma, a retina deixa de captar a luz como deveria. (MENDES, 2017).

Ainda segundo Mendes (2017)

Quando a Retinose Pigmentar se manifesta como uma doença sistêmica, o paciente sofre com outras alterações orgânicas, como surdez ou alterações auditivas e obesidade, por exemplo.

O diagnóstico da RP é feito quando os seguintes sinais estão presentes: envolvimento bilateral, perda da visão periférica, disfunção de bastonetes, eletrorretinograma com amplitude reduzida e/ou atraso no tempo de culminação da onda-b ou não detectável e perda progressiva da função fotorreceptora. (CASTRO, et.al. 2006).

Embora não seja um problema que se adquire em função de agressões, infecções ou inflamações, acredita-se que a exposição à radiação solar possa ser um fator agravante para algumas formas da doença. (MENDES, 2017).

Segundo Castro et.al. (2006):

Nos estágios iniciais, a acuidade visual geralmente permanece inalterada, mas pode evoluir até a amaurose completa pelas alterações retinianas e de nervo óptico ou cristalino. Alguns pacientes tornam-se cegos ao redor dos 30 anos de idade e a maioria é considerada legalmente cega aos 60 anos.

As primeiras descrições de Retinose Pigmentar Unilateral (RPU) datam de meados do século XIX. Desde então, vários outros foram relatados. (RIOS et.al. 2013).

Rios et.al (2013) afirmam ainda em seu estudo que:

Ainda hoje persiste a discussão sobre a existência da RPU como entidade clínica isolada, sua relação com a retinose pigmentar bilateral (RPB) e, principalmente, sua associação com outras doenças adquiridas. Estas incertezas podem confundir o médico oftalmologista especialmente quando não é encontrada uma causa para as alterações apresentadas ao exame clínico.

Os pacientes com RP apresentam perdas lentas e progressivas de algumas funções visuais como pobre visão noturna ou decréscimo sensível da visão escotópica, diminuição do campo visual, dificuldade na localização de objetos no espaço e perda progressiva da visão de cores. (CASTRO et.al.,2006).

A pobre visão noturna dificulta a adaptação nos diferentes níveis de iluminação de cada ambiente e como consequência os objetos na sombra não são percebidos e assim frequentemente os pacientes tropeçam e caem ao colidirem com obstáculos. (Ibidem).

Em Castro et.al (2006, p.688) lemos que:

Até o presente momento, nenhum tratamento tem se mostrado efetivo para a RP, mas os pacientes com esta doença podem se beneficiar sensivelmente do uso de auxílios de visão subnormal, melhorando sua qualidade de vida. O uso de auxílios especiais para a reabilitação visual passou a ser incorporado na RP há pouco menos de 20 anos. Os recursos ópticos proporcionam melhora na qualidade de vida, melhorando o desempenho dos pacientes em suas atividades da vida diária.

Os estudos caminham para que, no futuro, seja possível evitar a degeneração celular e impedir que os fotorreceptores degenerem. Encontram-se em fase de testes métodos que envolvem células-tronco e o chip de retina. Os primeiros resultados estão apresentando dados animadores. (MENDES, 2017).

A única forma de oferecer qualidade de vida para os portadores das alterações é por meio do acompanhamento com o oftalmologista, especialmente com o retinólogo, para que se possa controlar o avanço da degeneração. (MENDES, 2017).

Sabe-se que a linguagem possibilita estabelecer e manter interações com o ambiente físico e humano, ela reforça os vínculos afetivos e intensifica o acesso aos bens culturais, bem como viabiliza o desenvolvimento as funções mentais. (MENDES et. al, apud NASCIMENTO, COSTA, 2009, in MENDES et.al.).

O Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visuais, conduzido pelo MEC em parceria com a Secretaria de Educação Especial, concluiu que a deficiência de visão “é uma limitação sensorial que pode atingir uma gravidade capaz de praticamente anular a capacidade de ver, abrangendo vários graus de acuidade visual, permitindo diversas classificações de redução de visão. ” (ULBRA, 2009, p.118).

Porém, percebemos que a sociedade, como um todo, tem muitas dificuldades para incluir o deficiente visual, considerando a sua condição e limitação inadaptável ao mundo de cores e imagem em que vivemos. (ULBRA, 2009).

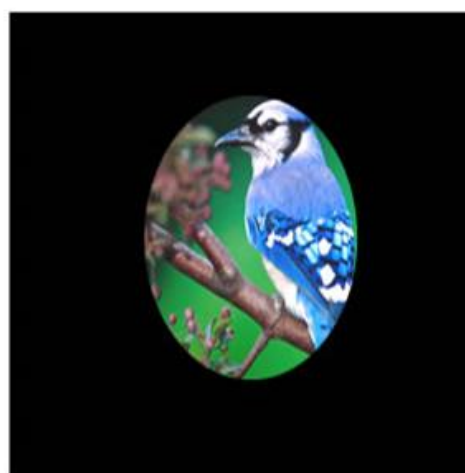
ROMAGNOLLI, (2009) afirma que:

Considera-se baixa visão ou visão subnormal a alteração da capacidade funcional da visão decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, dificuldades de adaptação à luz e ao escuro e para a percepção de cores, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho individual da pessoa.

FOTO 1: VISÃO SEM E COM RITNOSE



Visão de uma pessoa sem RP



Visão de uma pessoa com RP

Fonte:<http://retinabrasil.org.br/doencas/retinose-pigmentar/>

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entender a diferença não como algo fixo e incapacitante na pessoa, mas reconhecê-la como própria da condição humana ainda é muito distante e complexo para a maioria dos professores que trabalha com o conceito de que todos os alunos são iguais e que as turmas são homogêneas. (SARTORETTO, 2017).

A educação tem valor fundamental na vida de todos nós, seres humanos, pois por meio dela e com ela desenvolvemos a autonomia e a independência, entramos no mundo da leitura e da escrita [...] e nos tornamos participantes ativos da cultura na qual estamos inseridos. (ULBRA, 2009, p. 22).

O paradigma da educação inclusiva é um novo referencial que rompe com os paradigmas existentes, uma vez que procura despertar o que cada pessoa tem de melhor, e dá espaço para que usemos a imaginação e a criatividade na busca de diferentes soluções para os problemas que se apresentam no dia-a-dia da sala de aula. (ULBRA, 2009, p. 18).

Sartoretto (2017),

Analisando a história das pessoas com deficiência, vamos ver que por muitos anos elas perderam a sua identidade para a sua deficiência, não eram chamadas pelo seu nome, mas pelo nome da sua deficiência: o cego, o down, o surdo. Por isso, por muito tempo não tiveram acesso à escola comum: ficavam em casa ou eram atendidas em espaços segregados convivendo apenas com colegas que também tinham deficiência. Mesmo quando alguns desses alunos passaram a frequentar as classes comuns das escolas regulares num processo de integração, havia uma seleção prévia daqueles que estariam aptos e adequados ao formato da escola. A escola não precisaria mudar, os alunos, sim, teriam que mudar para se adequar as exigências da escola.

O movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las. (ROMAGNOLLI, 2009).

Conforme o cenário educacional brasileiro e a educação para as pessoas com deficiência foram ganhando espaço, a necessidade de uma legislação que norteasse a estrutura e funcionamento da educação no Brasil mostrou-se necessária. (CARVALHO, et.al, 2015).

A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas comuns na rede regular de ensino coloca novos e grandes desafios para o sistema educacional. (SARTORETTO, 2017).

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. (ROMAGNOLLI, 2009).

A educação especial teve seu conceito transformado durante as elaborações das diferentes versões das Leis de Diretrizes e Bases, substituindo a primeira ideia de uma educação em ambiente e de forma diferentes e separados dos demais, por uma nova concepção na qual ocorre uma adaptação de todo o sistema escolar para atender esse aluno dentro das escolas regulares. (CARVALHO, et.al. 2015).

As leis brasileiras sobre a educação procuram garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino regular. (ULBRA, 2009).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) atribui as redes de ensino o dever de assegurar currículos, métodos, recursos e organizações para atender às necessidades dos educandos. (RODRIGUES, 2011).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRANDÃO, 2015, p.138).

Este mesmo autor traz uma análise sobre o art. 59 da LDB nº 9394/96, que trata em seus cinco incisos sobre “a obrigatoriedade da oferta de Educação Especial aos Educandos com deficiência, a adequação dos currículos, métodos e técnicas e recursos educativos, bem como da formação do profissional que trabalha ou irá trabalhar com educandos com deficiência.” (BRANDÃO, 2015, p.141).

Art.59 LDB nº 9394/96

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns (IBIDEM).

Em 2002 a Resolução CNE/CP1 define que o ensino superior tem o dever de preparar professores para atender os alunos com necessidades especiais. (RODRIGUES, 2011).

Um dos princípios das ações inclusivas nas escolas que devemos levar em conta é o respeito pela condição de aprendizagem de cada aluno, considerando o seu ritmo e estilo para aprender. (ULBRA, 2009).

O PPP (Projeto Político Pedagógico) que busca a construção da cidadania dos que fazem parte da comunidade escolar, ao preocupar-se com esses alunos com necessidades educacionais especiais pode abrir espaços para a capacitação de seus professores, envolver os pais, funcionários e demais alunos na sua proposta a partir de instruções concretas, claras e objetivas, evitando as atitudes desconcentradas e prejudiciais, que fazem com que as suas propostas caiam no vazio, não sejam conhecidas ou consideradas.(ULBRA, 2009).

Pensando na perspectiva da educação inclusiva, são necessárias adaptações curriculares que possam atender as individualidades de acordo com as necessidades especiais dos alunos que participam desse processo. (ULBRA, 2009).

Para garantir a aprendizagem e a participação de todos os alunos, é necessário um trabalho colaborativo entre os professores, entre professores e pais, professores e especialista e entre os próprios alunos. (ROMAGNOLLI, 2009).

Ainda segundo essa autora

Os professores necessitam ter conhecimentos básicos teórico-práticos em questões como: atenção à diversidade, adequações curriculares, avaliação diferenciada e às necessidades educacionais específicas e mais relevantes, associadas aos diferentes tipos de deficiência, situações sociais e/ou culturais.

Um Sistema Escolar Inclusivo é aquele cuja comunidade educativa tem o desafio de conseguir que a generalidade de seus alunos, seja qual forem suas diferenças, consiga ter sucesso na aprendizagem. (CORREIA, 2014).

A educação especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de escolaridade e outras modalidades. (CORREIA, 2014).

Rodrigues (2011) em seu estudo diz que

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) cria o Programa Educação Inclusiva, com o objetivo de formar professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.

Em 2004 foi reafirmado pelo Ministério Público Federal, o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular.

Em 2008 chega o fim da segregação, pois a Política Nacional da Educação Especial define que todos devem estudar na escola comum. Isto é, direito à educação para todos de forma igualitária

Nesse contexto, o redimensionamento no enfoque da formação dos professores é imprescindível, e o objetivo não deve ser o de adquirir conhecimentos, mas, sim, de desenvolver a capacidade de adquirir conhecimentos. (SARTORETTO, 2017).

É preciso que os problemas de aprendizagem deem lugar ao estudo e reflexão dos problemas do ensino, assim como em vez de preocuparmos sobre como devemos ensinar, precisamos estudar como os nossos alunos aprendem. (SARTORETTO, 2017).

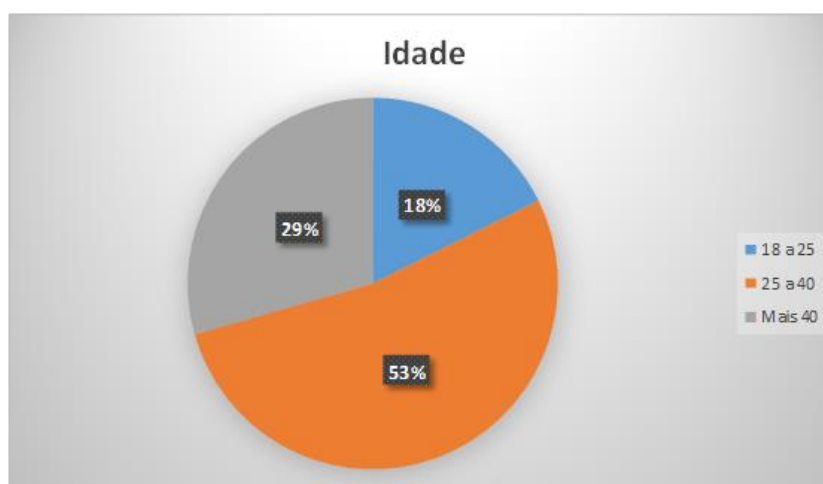
ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada no período de 4 a 11 de novembro de 2019 com professores da rede pública municipal de uma cidade do noroeste paulista.

O objetivo da pesquisa foi saber a familiaridade destes profissionais com a patologia que é objeto deste estudo. Bem como se há material adequado e informações sobre a mesma.

Devemos ter claro que apenas a boa vontade do professor não é suficiente; é necessário que esse profissional busque conhecimentos e continuado treinamento em cursos. (ULBRA, 2009).

GRÁFICO 1 - IDADE

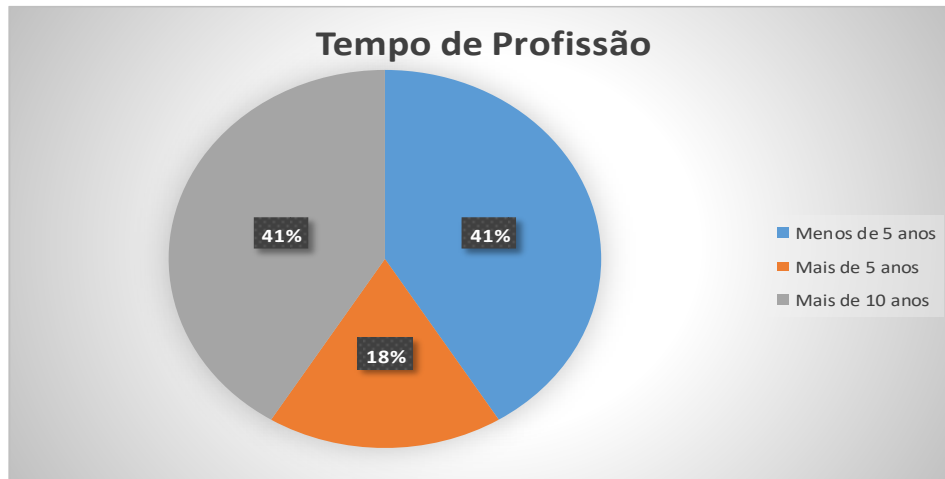


Fonte: Elaborado pela autora

Pelo gráfico acima das 17 pessoas entrevistadas 53% está com mais de 25 anos de idade, enquanto que apenas 18% está com menos de 25 anos de idade, o que pode nos levar a considerar a experiência em sala de aula.

“O professor tem, em sua realidade de sala de aula, alunos com necessidades específicas, sobre as quais pode não ter tido oportunidade de estudar ou de pesquisar.” (CORREIA, 2014).

GRÁFICO 2 – TEMPO DE PROFISSÃO



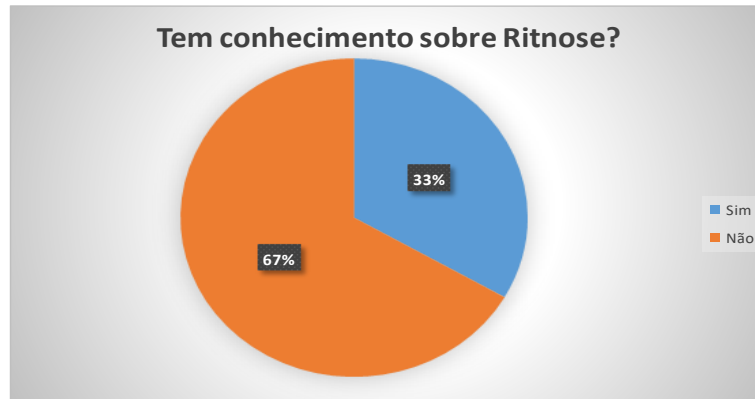
Fonte: Elaborado pela autora

Na segunda questão temos uma minoria, 18% dos entrevistados, na média perguntada, entre 5 e 10 anos de profissão. Portanto, tempo suficiente para ter algum contato com patologias que influenciam no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

“Um dos principais aspectos a serem vistos pelos sistemas de ensino diz respeito à formação dos professores, especialmente aqueles das classes comuns, que além de necessitarem de capacitação e apoio precisa preparar-se para recepcionar o aluno com deficiência, que para muitos dos professores, até então, era totalmente desconhecido.” (CORREIA, 2014).

Já fazem parte dos profissionais que acompanham a evolução do processo de inclusão escolar.

GRÁFICO 3- RETINOSE



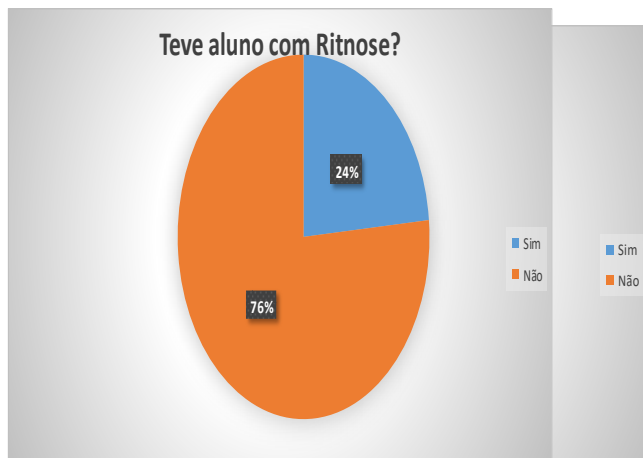
Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico 3, sobre ter conhecimento da patologia estudada, temos que 67% dos entrevistados desconhecem a Retinose Pigmentar.

“Quanto às estratégias, devem estar embasadas no processo de comunicação e no desenvolvimento de estímulos para que o aluno possa explorar o ambiente e os materiais.” (FERREIRA, 2019).

Sem conhecimento da patologia, é impossível estimular o aluno e prover os materiais necessários para que aconteça a aprendizagem.

GRÁFICOS 4 E 5 – RETINOSE



Fonte: Elaborado pela autora

Entre o quarto e quinto gráficos percebemos a disparidade entre a orientação ou o conhecimento sobre a patologia visual.

Enquanto 24% teve aluno com Ritnose apenas 6% recebeu orientação sobre a mesma.

“Planejamento - reflexão sobre nossas decisões, considerando as habilidades, possibilidades e conhecimentos prévios dos alunos.” (VIECHENESKI, 2015).

A falta de conhecimento da patologia impede o planejamento de atividades em sala de aula que facilitem que o aluno assimile o conteúdo transmitido.

GRÁFICO 6 – Qual a maior dificuldade?



Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, a resposta da maioria quanto a maior dificuldade encontrada é coerente com as respostas anteriores, ou seja, a falta de informação sobre a doença e como lidar com a mesma em sala de aula de modo a proporcionar a aprendizagem ao aluno.

Oliveira (2016) em seu trabalho afirma que

A insegurança para enfrentar as dificuldades leva a sentimentos conflitantes para que se cumpra a função da educação. A educação especial é oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais conforme capítulo V, artigo 58 da LDB com o compromisso de oferecer a todos os alunos um ensino de qualidade. Porém, as propostas e leis formalizadas e legalizadas nem sempre são cumpridas.

CONCLUSÃO

Pelo presente trabalho evidenciou-se que a ritinose pigmentar faz parte da vida diária de professores da rede municipal de uma cidade do interior paulista, mas que a

maioria dos entrevistados que tiveram contato com essa patologia não receberam orientação adequada. Isso nos leva a reflexão inicial do estudo às dificuldades em sala de aula, porque se não há conhecimento não há metodologias que facilitem o aprendizado do aluno. Assim, fica claro a necessidade de maior investimento em pesquisas sobre o tema bem como a informação a todos os agentes que perfazem a educação, gestores, professores, pais, alunos e comunidade para que haja a conscientização e a busca de alternativas para a inclusão desses alunos na rede de ensino regular.

Pelos autores pesquisados é possível concluir que a patologia Retinose Pigmentar é grave, pois pode levar à cegueira e conseqüentemente há maior dificuldade por parte do aluno em assimilar o conteúdo, tornando o trabalho do professor nulo para todas as pessoas envolvidas na educação da criança.

Há necessidade de conhecimento da equipe da gestão escolar para que se pense um projeto pedagógico inclusivo como previsto na LDB 9.394/96 bem como adequação das salas de aula e de material específico para cada grau da RP.

Os pais, também como previsto em legislação, devem ser orientados a procurar ajuda de oftalmologista para acompanhamento médico e informações deste para os professores caso haja desconhecimento por parte dos últimos.

Portanto, a compreensão das características da Retinose Pigmentar e as adaptações necessárias são importantes para que de fato haja a inclusão do aluno em escola de ensino regular.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO (PROFESSORES)

1. Idade
2. Há quantos anos é professor (a)?
3. Tem conhecimento sobre ritnose pigmentar?
4. Já teve algum aluno (a) com ritnose pigmentar?
5. Se sim, recebeu orientação de como trabalhar com esse aluno?
6. Em sua opinião qual a maior dificuldade enfrentada pelos professores para trabalharem com alunos que apresentam alguma patologia?

QUESTIONÁRIO OFTALMOLOGISTA

1. Há quanto tempo é oftalmologista?
2. Tem conhecimento sobre ritnose pigmentar?
3. Já teve algum paciente com ritnose pigmentar?
4. Foi possível tratamento? Obteve resultado positivo?
5. Como oftalmologista tem informações sobre as dificuldades em sala de aula?
6. Tem alguma sugestão para facilitar a aprendizagem desses alunos?

REFERÊNCIAS:

BANKS, Marcus. **Dados Visuais para Pesquisa qualitativa**. Porto Alegre:Artmed, 2009.

BRANDÃO. Carlos F. LDB **Passo a Passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9.394/96** – Comentada e Interpretada, artigo por artigo.5ª ed – São Paulo: avercamp, 2009.

BUCHAIM, Guilherme et. al. **Implante intravítreo de liberação crônica de dexametasona para o tratamento de edema macular por retinose pigmentar: relato de caso**. Arq Bras Oftalmol. 2013;76(6):377-9. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/abo/v76n6/13.pdf>>. Acesso em: 17/09/2019.

CARVALHO, Camila L. et.al. **A Educação Especial nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Uma transformação em Direção à Inclusão Educacional**. Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS, v.3, n.6, p. 34- 48, jul./dez. 2015. Disponível em:<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/viewFile/5099/3083>>. Acesso em: 16/01/2020.

CASTRO, Celina T. M.et.al. **Reabilitação Visual em Pacientes com Retinose Pigmentária**. Arq Bras Oftalmol. 2006;69(5):687-90. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/abo/v69n5/a13v69n5.pdf>>. Acesso em:07/11/2019.

CORREIA, CLACY S. **O Desafio da Inclusão no Ambiente Escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR**. Monografia de Especialização universidade tecnológica federal do paraná diretoria de pesquisa e pós-graduação especialização em educação: métodos e técnicas de ensino. 2014. Disponível em:<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4287/1/MD_EDUMTE_2014_2_1_8.pdf>. Acesso em: 10/11/2019.

FERREIRA, Renato M. R. et.al. **Adaptações no Ambiente Escolar para Alunos com Síndrome de Usher**. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV127_MD_4_SA10_ID10341_09082019215624.pdf> Acesso em: 16/01/2020.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200/36944>>. Acesso em: 20/11/2019.

MENDES, Thais. **Retinose Pigmentar: Conheça as causas, os sintomas e os possíveis tratamentos**. Disponível em:<<https://retinapro.com.br/blog/retinose-pigmentar-conheca-as-causas-os-sintomas-e-os-possiveis-tratamentos/>>. Acesso em; 20/09/2019.

OLIVEIRA, Gleslei M. **Inclusão e Alfabetização da Criança com TDAH um Desafio**. Disponível em:<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/alfabetizacao-da-crianca-com-tdah>> Acesso em: 16/01/2020

RIOS, Daniela F. C. et. al. **Ritino pigmentar unilateral ou pseudorretinose pigmentar?: relato de caso.** Arq Bras Oftalmol. 2013;76(6):383-5 383. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abo/v76n6/15.pdf>> Acesso em: 17/09/2019.

RODRIGUES, Maria M. **A LDB E A INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.** Disponível em: < <https://www.webartigos.com/artigos/a-ldb-e-a-inclusao-educacional-no-brasil/79477/>> Acesso em: 16/01/2020.

ROMAGNOLLI, Gloria S. E. **Inclusão de Alunos com Baixa Visão na Rede Pública de Ensino.** Universidade do Paraná. UFPR Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-4.pdf>>. Acesso em: 10/11/2019.

SARTORETTO, Mara L. M. **Inclusão Escolar um Direito de Todos: Alunos com e sem Deficiência.** Disponível em: < <http://federacaodown.org.br/wp-content/uploads/2018/11/INCLUSAO-ESCOLAR-UM-DIREITO-DE-TODOS-Mara-Sartoreto.pdf>>. Acesso em: 16/01/2020.

ULBRA, **Educação Inclusiva.** Organizado pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) – Curitiba: Ibpex, 2009.

VIECHENESKI, Juliana P. **Rotinas da escola e da sala de aula: possibilidades de organização do trabalho pedagógico na perspectiva do letramento.** Disponível em: < https://sites.uepg.br/pacto/wp-content/uploads/2013/02/rotinas_da_escola_e_da_sala_de_aula_.pdf> Acesso em: 16/01/2020.